

A NOÇÃO TRADICIONAL DE *VORSTELLUNG* SEGUNDO AS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS DE LUDWIG WITTGENSTEIN

THE TRADITIONAL NOTION OF *VORSTELLUNG* ACCORDING TO PHILOSOPHICAL INVESTIGATIONS OF LUDWIG WITTGENSTEIN

*Filicio Mulinari*¹

Resumo: O objetivo do presente trabalho é expor as considerações que Ludwig Wittgenstein proferiu, em suas *Investigações Filosóficas* (1952), contra o conceito tradicional de representação [*Vorstellung*] mostrando, concomitantemente, os paradoxos provenientes de tal concepção. A fim de atingir esse objetivo, serão primeiramente expostas as características da noção tradicional de representação presente, sobretudo, nas principais correntes da filosofia moderna. No segundo momento, por sua vez, será apresentada a crítica de Wittgenstein a concepção tradicional de significado, visto que é dessa crítica que o filósofo austríaco fundamenta as suas considerações contrárias à noção tradicional de representação, problema central do artigo. As considerações críticas do filósofo à noção de representação serão pormenorizadas no terceiro momento do artigo. Ao fim, serão realizados alguns apontamentos sobre a crítica de Wittgenstein à representação e serão ressaltadas suas principais características para que, com isso, se possa obter uma melhor visão do conjunto argumentativo do filósofo.

Palavras-chave: Jogos de linguagem. *Vorstellung*. *Bedeutung*. Significado. Representação.

Abstract: The aim of this paper is to expose the critical argument of Ludwig Wittgenstein - present in the *Philosophical Investigations* (1952) - to the traditional concept of representation [*Vorstellung*] and, in the same way, to show the paradoxes of this conception. For obtain this intend, we will explain firstly the characteristics of the traditional notion of representation, mainly in the modern philosophies. In the second moment of this paper, we will demonstrate the Wittgenstein's critic to the classical conception of meaning [*Bedeutung*], for the reason that is this critic than will be founded the Wittgenstein's considerations to the notion of representation, like we will show in the third moment of the work. In the end, we will realize some considerations about the Wittgenstein argument against the traditional concept of representation and, subsequent to this; we will appointed the elemental characteristics of the argument wittgensteinian.

Keywords: Language Games. *Vorstellung*. *Bedeutung*. Meaning. Representation.

* * *

Introdução

Na contemporaneidade filosófica, principalmente após a virada linguística [*linguistic turn*]² no início do século XX, o tema da linguagem se tornou presente em

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Faz parte do Grupo de Pesquisa Pensamento e Linguagem (UFES).

² Para mais detalhes sobre a relação entre Wittgenstein e a Virada Linguística, vide: RORTY, 1991.

quase todas as correntes filosóficas. Nesse contexto, Ludwig Wittgenstein (1889-1951)³ teve um papel importante na evolução do pensamento filosófico contemporâneo, principalmente por propor uma ruptura com certa noção de linguagem que permaneceu na filosofia desde a Antiguidade até o início do século XX, a saber, que a função fundamental da linguagem seria a de nomear objetos e, ainda, que a significação seria constituída essencialmente de “representações”. Logo no início das *Investigações Filosóficas*, ao comentar uma passagem de Agostinho, Wittgenstein comenta sobre essa visão sobre a linguagem do seguinte modo:

Nessas palavras temos, assim me parece, uma determinada imagem da essência de linguagem humana. A saber, esta: as palavras da linguagem denominam objetos – frases são ligações de tais denominações. – Nesta imagem da linguagem encontramos as raízes da ideia: cada palavra tem uma significação. Esta significação é agregada à palavra. É o objeto que a palavra substitui. (WITTGENSTEIN, *Investigações Filosóficas*, §1).

Em sua obra póstuma *Investigações Filosóficas* [*Philosophische Untersuchungen*], publicada em 1952, Wittgenstein propõe uma crítica à noção tradicional de representação [*Vorstellung*] fundamentada principalmente na sua crítica à concepção clássica de significado [*Bedeutung*]. A noção de representação, presente em muitos filósofos e teóricos principalmente na modernidade, como René Descartes, George Berkeley, Immanuel Kant, entre outros, seria responsável segundo o filósofo austríaco por problemas metafísicos de origem conceitual: “[...] os problemas filosóficos nascem quando a linguagem entra em férias” (WITTGENSTEIN, *Investigações Filosóficas*, §38). Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é expor as considerações que Wittgenstein proferiu, em suas *Investigações Filosóficas* (1952), contra o conceito tradicional de representação [*Vorstellung*] mostrando, concomitantemente, os paradoxos e dilemas que tal concepção revelaria. A fim de atingir esse objetivo, serão no primeiro momento expostas as características da noção tradicional de representação presentes, sobretudo, na filosofia moderna.

No segundo momento, por sua vez, serão apresentadas as considerações críticas de Wittgenstein a concepção tradicional de significado, visto que é dessa crítica que o filósofo austríaco fundamenta as considerações contrárias à noção tradicional de

³ Nascido em Viena e naturalizado britânico, os escritos de Wittgenstein não só influenciaram duas das grandes escolas filosóficas do século XX – o Círculo de Viena e a Filosofia da Linguagem de Oxford –, mas também foram de grande influência para ampla parte dos filósofos e pesquisadores de quase todo campo das ciências humanas e sociais do século passado (STERN, 2004, 19)

representação, problema central desse artigo. Após isso, serão analisadas as considerações críticas do filósofo à noção de representação, pormenorizadas no terceiro momento do artigo, no qual serão mostradas as passagens principais nas quais Wittgenstein trata a questão da representação.

Na conclusão, pretende-se realizar uma reflexão sobre as considerações de Wittgenstein e ressaltar suas principais características para que, após isso, se possa obter uma melhor visão do conjunto argumentativo do filósofo, conjunto esse que teve grande influência na filosofia contemporânea, sobretudo na filosofia da linguagem.

1. A noção tradicional de representação

Até o final do século XIX a noção de representação era encontrada em quase todos os filósofos que se debruçavam sobre problemas do conhecimento humano. René Descartes (1596-1650) um dos pilares teóricos de tal noção, fundamenta sua ideia de representação sobretudo em sua obra *Meditações*, na qual argumenta com base no “erro do sentido”, que afirma que o conhecimento provém da própria capacidade mental do sujeito:

O principal sustentáculo que Descartes utiliza em defesa de sua abordagem representacionista da mente é o argumento do “erro dos sentidos”, o qual pode ser assim sintetizado: uma vez que os sentidos são enganosos às vezes e não somos capazes de saber quando podemos confiar neles, o conhecimento que os tenha por base pode ser enganoso em sua totalidade. Assim sendo, as ideias que temos em nossa mente, ao invés de supostamente resultarem da sensações provocada por objetos do mundo, poderiam ter sido geradas em sua totalidade pela própria mente, como ocorre, por exemplo, quando sonhamos (GONZALES; BROENS; MORAES, 2010, p. 142).

As teorias adeptas ao representacionismo argumentam que aquilo que diz respeito ao conhecimento é dado por meio de processos mentais fundamentados na mente do indivíduo. Nesse sentido, o sujeito teria uma espécie de imagem mental que representaria o mundo como a imagem num espelho. Assim, o “querer significar” (*Meinen*) algo no mundo seria um processo realizado por meio de uma “representação mental” interna do sujeito.

Em síntese, de acordo com a perspectiva representacionista cartesiana, as *representações mentais* ou *ideias* seriam “como imagens das coisas”; por meio delas o pensamento se estruturaria como resultado da capacidade racional de unificar e ordenar os dados dos sentidos (GONZALES; BROENS; MORAES, 2010, p. 143).

Conforme salienta Cassirer (1997, p. 139), em um comentário sobre a influência da filosofia de Descartes no pensamento de Malebranche, só existiria – para a filosofia moderna cartesiana - um conhecimento verdadeiro das coisas se o sujeito relacionar suas percepções sensíveis com as ideias da razão pura. Conforme retrata o comentador, somente essa relação entre ideias e percepção sensível confere às representações uma significação objetiva, pois as sensações em si mesmas não comportam o menor indício de conhecimento do mundo. Assim sendo, a representação seria a capacidade unificadora que relacionaria as ideias da razão com os dados obtidos empiricamente, ordenando-os e promovendo então o conhecimento.

De fato, pode-se dizer que a filosofia do conhecimento e a psicologia do século XVIII, apesar da variedade de questões e propostas, possui um ponto de conversão no qual todos os problemas se concentram. Segundo Cassirer (1997, p. 153), tal problema seria aquele que foi primeiramente apresentado na *Óptica* de William Molyneux (1656-1698). De acordo com Cassirer, o problema pode ser resumido da seguinte forma:

As experiências que fizemos num dos nossos setores sensoriais podem permitir-nos constituir um setor de conteúdo qualitativamente diferente e de outra estrutura específica? Haverá uma conexão interna que nos permita passar diretamente de um setor a outro, por exemplo, do mundo tátil ao mundo visível? (CASSIRER, 1997, 153-154).

É nítida a influência do problema formulado por Molyneux em outros filósofos modernos. George Berkeley (1685-1753) por exemplo, em seu *Diário Filosófico*, apresenta de modo bastante claro que os problemas de Molyneux constituem o centro de sua teoria da percepção. Nesse sentido, a *Nova teoria da visão* postulada por Berkeley nada mais é que uma tentativa de desenvolvimento e elucidação dos problemas apresentados por Molyneux. Sobre a importância do problema de Molyneux, tem-se:

[...] A importância teórica decisiva do problema de Molyneux é, portanto, perfeitamente clara, de fato: para além do exemplo particular que ele destaca, encontra-se colocada a questão geral de saber se o “sentido” como tal está em condições de construir para a nossa consciência a forma do mundo real ou se necessita da colaboração de outras faculdades psíquicas e, nesse caso, coloca-se a questão de apreender o modo como determiná-las (CASSIRER, 1997, 154-155).

Para os objetivos desse trabalho, é de suma importância demonstrar o paradoxo do qual partiu Berkeley em sua obra *Um Ensaio para uma nova teoria da visão* [Essay

Towards a New Theory of Vision]. Com tal demonstração, será possível mostrar como tal paradoxo resultará numa concepção representacionista do conhecimento na filosofia de Berkeley.

Berkeley inicia sua obra com o seguinte paradoxo: o único material que está disponível para o sujeito edificar o mundo perceptivo consiste apenas em dados empíricos, impressões sensíveis. No entanto, tais dados e/ou impressões não comportam em si a “forma” como o mundo se apresenta ao sujeito. De fato, o sujeito vê o mundo como um todo ordenado, estruturado, e não como uma sequência estranha e sem nexos causal de impressões.

[...] Se as percepções particulares não fossem ordenadas em sua simultaneidade e em sua sucessão, se não tivessem entre si relações fixas no espaço e no tempo, não existiria para nós qualquer mundo objetivo, não haveria a menor “natureza das coisas” (CASSIRER, 1997, 155).

Entretanto, dado esse paradoxo, tem-se que a questão crucial de boa parte da teoria do conhecimento e da psicologia do século XVIII gira em torno disso, a saber, de entender o que essa ordenação dos dados significa e como ela se constitui.

É importante salientar que Berkeley começou a superar o paradoxo acima apresentado quando atribuiu ao seu conceito de percepção uma significação mais ampla e inseriu na sua teoria, além da simples percepção, a atividade de *representação*. Para Berkeley, toda impressão sensível teria essa *referência mediada* pela representação.

[...] essa intereção das impressões sensíveis, essa regularidade com a qual elas se convocam e se representam mutuamente perante a consciência, é o fundamento último da representação do espaço. Essa representação não é dada como tal numa percepção *isolada*, não pertence separadamente à visão ou ao tato. Tampouco é um estado qualitativo específico que seria dado tão originariamente quanto a cor ou o som: ela resulta das relações que os diversos dados sensíveis mantêm entre si (CASSIRER, 1997, 157).

Nesse sentido, pode-se afirmar que segundo a teoria proposta por Berkeley, a ideia de espaço não seria um elemento da consciência sensível, mas sim “[...] a expressão de um processo que se reflete nela” (CASSIRER, 1997, 158). Dessa forma, a representação equivaleria a um reflexo da natureza pela mente, como se a representação espelhasse a natureza. Pode-se distinguir as bases dessa visão representacionista da seguinte maneira:

Os compromissos ontológicos e epistemológicos [assumidos pela visão representacionista] são basicamente duplos: assumimos que o mundo é predeterminado, que suas características podem ser específicas antes de qualquer atividade cognitiva. (...) Temos então uma teoria consolidada que diz: (1) o mundo é predeterminado; (2) nossa cognição é sobre esse mundo – mesmo se apenas parcialmente, e (3) o modo pelo qual conhecemos esse mundo predeterminado é representando suas características e então agindo com base nessas representações”. (VARELA *et al*, 2003, p. 145)

Logo, sob a visão representacionista, o mundo seria externamente predeterminado e inteiramente passível de recuperação por meio das representações. Segundo o representacionismo, tanto a cognição quanto a geração de significados pelo sujeito seriam produtos da relação entre representação simbólica uma realidade objetiva independente da mente

De acordo com o pensamento representacionista, a compreensão seria uma correspondência entre a experiência sensível e a imagem existente na mente ou memória do sujeito. Conforme salienta a filósofa Silvia Faustino (1995, p. 23), a suposição de significados mentais (representações) correlativos aos signos sustenta a tese de que a “mente” é o “lugar” (*tópos*) em que as significações se encontram e se ajustam *antes* de serem expressas pela linguagem verbal.

Não obstante, tendo como fundamento a noção de “jogos de linguagem” [*Sprachspiel*] presente nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, procurar-se-á mostrar na sequência os equívocos para os quais são levadas as teorias baseadas na concepção tradicional de representação. Para isso, o filósofo se fundamenta na ideia de que o significado [*Bedeutung*] de uma palavra corresponde ao seu *uso* na linguagem. Sendo assim, torna-se essencial, antes de se compreender a crítica à noção de representação, compreender a crítica do filósofo à noção tradicional de *significado*. Tal crítica, a saber, a crítica de Wittgenstein à concepção tradicional de significado, será agora melhor analisada.

2. A crítica à imagem tradicional de significado

Wittgenstein inicia as *Investigações Filosóficas* com uma longa citação de Agostinho. Para o filósofo, tal passagem reflete a imagem tradicional da essência da linguagem, a saber, que “[...] as palavras denominam objetos” (WITTGENSTEIN, 1979, §1). A passagem citada de Agostinho é a seguinte:

Se os adultos nomeassem algum objeto e, ao fazê-lo, se voltassem para ele, eu percebia isto e compreendia que o objeto fora designado pelos sons que eles pronunciavam, pois eles queriam indicá-lo. Mas deduzi isto dos seus gestos, a linguagem natural de todos os povos, e da linguagem que, por meio da mímica e dos jogos com os olhos, por meio dos movimentos dos membros e do som da voz, indica as sensações da alma, quando esta deseja algo, ou se detém, ou recusa ou foge. Assim, aprendi pouco a pouco a compreender quais coisas eram designadas pelas palavras que eu ouvia pronunciar repetidamente nos seus lugares determinados em frases diferentes. E quando habituara minha boca a esses signos, dava expressão aos meus desejos (AGOSTINHO, *Confissões*, cap. 8).

Para Wittgenstein, é nessa essência da linguagem humana referenciada na citação de Agostinho que se encontram as raízes da ideia de que cada palavra possui um significado, significado esse que substitui o objeto que a palavra referencia por um signo. A ideia de que cada palavra possui um significado [*Bedeutung*] e que cada significado corresponde a um objeto [*Gegenstand*] é a base fundamental daquilo que Wittgenstein denominou como ‘imagem agostiniana da linguagem’ e que representa o modelo de linguagem tradicional na filosofia.

Nessas palavras temos, assim me parece, uma determinada imagem da essência da linguagem humana. A saber, esta: as palavras da linguagem denominam objetos – frases são ligações de tais denominações. – Nesta imagem da linguagem encontramos as raízes da ideia: cada palavra tem uma significação. Esta significação é agregada a palavra. É o objeto que a palavra substitui (WITTGENSTEIN, 1979, §1).

Salienta-se que essa correspondência entre significado e objeto também fundamenta as teses centrais dos escritos de semântica lógica de Gottlob Frege (1848-1925), Russell e do próprio *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein.⁴ Vale lembrar que os escritos desses filósofos sustentaram boa parte da lógica e da semântica contemporânea e, com isso, influenciaram várias correntes filosóficas do século passado, como a corrente analítica americana e o neo-positivismo do Círculo de Viena (*Wiener Kreis*).

⁴ Normalmente se divide o pensamento de Wittgenstein em duas fases: o primeiro Wittgenstein, relativo principalmente as ideias expostas no *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921), e segundo Wittgenstein, relativo principalmente as ideias expostas na obra póstuma *Investigações Filosóficas* (1953). Apesar de apresentarem teses diferentes, pode-se afirmar que a ideia central que perpassa as duas épocas remete a compreensão dos problemas tradicionais da filosofia por uma análise minuciosa da linguagem (MULINARI, 2010, p. 166).

Como dito anteriormente, para Wittgenstein o conceito agostiniano de significado, ou seja, o conceito tradicional de significado remete a ideia de que há uma correlação direta entre palavra (significado) e objeto (referência), uma vez que cada palavra possui uma referência *real*, ou seja, cada palavra possui um objeto que lhe corresponde.

O conceito agostiniano de significado (*Bedeutung*) encerra a ideia de que há para cada palavra da linguagem uma referência, uma coisa ou objeto que lhe corresponde, sendo esta correspondência aprendida e ensinada pelo procedimento de nomeação (FAUSTINO, 1995, p.12).

Wittgenstein ressalta que embora a significação referencial por ostensão se dê em alguns casos da linguagem, ela não se dá em todos os casos, i.e., não revela a essência da linguagem. Se assim o fosse, o processo pelo qual as palavras ganham significado seria similar a colocar uma etiqueta com o nome da coisa (significado) na própria coisa que é significada.

A palavra “designar” é talvez empregada de modo mais direto lá onde o signo está sobre o objeto que ele designa. [...] Assim, e de modo mais ou menos semelhante, um nome designa uma coisa, e é dado um nome a uma coisa. Ser-nos-á frequentemente útil se dissermos quando filosofamos: denominar algo é semelhante a colocar uma etiqueta numa coisa (WITTGENSTEIN, 1979, §15)

Conforme afirma Wittgenstein, essa noção de significação por nomeação (por referência direta a algo) é muito útil para uma linguagem primitiva, como para uma criança que está aprendendo a falar as primeiras palavras, porém não pode ser tomado como “modelo” para todos os ramos da linguagem.

[o conceito filosófico da significação proposto por Agostinho] cabe bem numa representação primitiva da maneira pela qual a linguagem funciona. Mas, pode-se também dizer, é a representação de uma linguagem mais primitiva do que a nossa (WITTGENSTEIN, 1979, p.10, §2).

Para a compreensão dessa parte da crítica, Wittgenstein dá o exemplo dos casos nos quais são ‘significados’ as palavras *ali* e/ou *isto*. O filósofo argumenta que quando se quer ensinar o significado da palavra ‘pedra’, por exemplo, bastaria apontar para o objeto ‘pedra’ e dizer ‘*Isto é uma pedra!*’. Assim também seriam com outros objetos e/ou coisas, como mesa, sapato, etc. Contudo, Wittgenstein questiona: segundo esse modelo de significação, como é possível significar a palavra *isto* e/ou *ali*? Para qual

objeto deve-se apontar? Deve-se apontar para próprio dedo? Para Wittgenstein, o significado de palavras como essas é aprendido não apenas no *aprender do uso* (no ato de designar), mas no próprio *uso*:

Também “ali” e “isto” são ensinados ostensivamente? – Imagine como se poderia ensinar seu uso! Serão mostrados então lugares e coisas, - mas aqui esse mostrar acontece na verdade também no *uso* das palavras e não apenas no aprender do uso (WITTGENSTEIN, 1979, §9).

O que interessa aqui é ressaltar o seguinte ponto: ainda que o processo ostensivo desempenhe um papel importante na aquisição da linguagem (e de fato realmente desempenha), tal processo não pode ser tomado como modelo geral de significação. Uma vez que se tome a concepção de significado como referência a algum objeto, generaliza-se indevidamente o processo no qual as palavras obtém significado.

Conhecer uma palavra seria, desse ponto de vista, conhecer a coisa ou o objeto que ela nomeia; isso quer dizer simplesmente que, à luz da imagem agostiniana da linguagem, todas as palavras se comportam gramaticalmente como nomes e que a “definição ostensiva” estabelece uma regra gramatical fixa para definir o significado de todas as palavras da linguagem (FAUSTINO, 1995, p.15).

Para Wittgenstein, o erro aqui seria tomar aquilo que faz parte do processo de aprendizagem/adestramento [*Abrichtung*] da linguagem, *i.e.*, o ensino ostensivo [*hinweisendes Lehren*], por uma regra geral de significação, que é a definição ostensiva [*hinweisende Definition*].

Uma parte importante desse treinamento consistirá no fato de que quem ensina mostra os objetos, chama a atenção da criança para eles, pronunciando então uma palavra, por exemplo, a palavra “lajota”, exibindo essa forma. (Não quero chamar isto de “elucidação ostensiva” ou “definição”, pois na verdade a criança ainda não pode *perguntar* sobre a denominação. Quero chamar de “ensino ostensivo das palavras”. – Digo que formará parte importante do treinamento, porque isso ocorre entre os homens; e não se poderia representar de outro modo.) (WITTGENSTEIN, 1979, §6).

De fato, há a possibilidade de o ensino ostensivo estabelecer um significado (ligação associativa) entre a palavra e coisa, porém é importante salientar que isso não se dá em todos os casos, ou seja, isso não se caracteriza como uma fórmula universal de significação e, ainda, não se dá da mesma forma em todas as situações.

Esse ensino ostensivo das palavras, pode-se dizer, estabelece uma ligação associativa entre palavra e a coisa: mas o que significa isso? Ora, isso pode significar coisas diferentes; no entanto, pensa-se logo no fato de que, quando a criança ouve a palavra, a imagem surge no espírito. Mas se isso acontece - é essa a finalidade da palavra? - Sim, *pode* ser a finalidade (WITTGENSTEIN, 1979, §6, grifo do autor).

Como dito anteriormente, o ensino ostensivo faz parte do ensinamento da linguagem, mas de modo algum tal forma de ensino fornece um significado *fixo* a um objeto. Como salientado na passagem acima, o ensino ostensivo é meramente *parte do treinamento*, e não uma elucidação ostensiva e, nesse sentido, não há margem de possibilidade para que o significado de uma palavra seja fixado semanticamente. Noutros termos, não há margem para que um vocábulo tenha um significado invariável e fixado no mundo.

É importante advertir que o motivo pelo qual Wittgenstein pretere o conceito de “definição ostensiva” em prol de “ensino ostensivo” mantém a relação conceitual entre “significado” e “uso”. De fato, conforme salienta Faustino (1995, p. 17) a noção de ensino ostensivo mantém uma relação muito mais direta e clara com as noções de “significação” e “uso”, ao passo que definição ostensiva leva a crença na conexão universal entre significado e objeto [*Gegenstand*]. Essa distinção é importante pois, para Wittgenstein – e ao contrário da visão tradicional - o significado de uma palavra não é mais apreendido por uma correspondência direta entre o termo e o que ele *representa*, mas sim por meio do seu uso.

Pode-se, para uma *grande* classe de casos de utilização da palavra “significação” – se não para *todos* os casos de sua utilização - , explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem (WITTGENSTEIN, 1979, §43).

Nota-se que se as palavras tivessem somente a função de nomear coisas, o processo ostensivo de significação seria perfeito e completo, pois realmente cada palavra teria seu correspondente no mundo. Porém, o que Wittgenstein indica é que há – além da função de nomear – várias outras funções na linguagem para as palavras como, ordenar, expressar, comandar, etc. Para exemplificar tal noção, o filósofo dá o exemplo da caixa de ferramentas:

Pense nas ferramentas em sua caixa apropriada: lá estão um martelo, um tenaz, uma serra, uma chave de fenda, um metro, um vidro de cola, cola, pregos e parafusos. – Assim como são diferentes as funções

desses objetos, assim são diferentes as funções das palavras. (E há semelhanças aqui e ali). (WITTGENSTEIN, 1979, § 11).

Assim, o uso seria fundamental para a apreensão do significado de uma palavra, pois esta última não atuaria na linguagem com uma só função, mas sim com funções diversas. Isto mostraria por sua vez que só apenas no uso pode-se mostrar realmente o que as palavras *designam*.

O que as palavras *designam*, pois, as palavras dessa linguagem? – O que elas designam, como posso mostrar isso, a não ser na maneira do seu uso? E este uso já descrevemos. A expressão “esta palavra designa isto” deveria, portanto, ser uma parte dessa descrição (WITTGENSTEIN, 1979, § 10)

Deve-se salientar que a relação entre a noção de significado e a noção de uso está intimamente ligada àquilo que Wittgenstein denominou como “jogos de linguagem” [*Sprachspiel*]: “[...] chamarei de “jogos de linguagem” o conjunto de linguagem e das atividades com as quais está interligada” (WITTGENSTEIN, 1979, §7).

Uma vez mostrado os problemas oriundos da compreensão da linguagem baseada apenas na definição ostensiva direta entre palavra e mundo, Wittgenstein propõe então uma noção de linguagem que, ao invés de tomar a linguagem como intermediária entre pensamento e realidade, é tomada agora como similar a variados jogos, com suas respectivas regras. Não há mais “uma única linguagem” correta, linguagem esta que proporcionaria uma significação isenta de ambiguidades (como pretendiam os neo-positivistas), mas sim uma vasta gama de jogos de linguagem distintos, provenientes de diferentes *formas de vida* [*Lebensform*] que podem ser mais ou menos relacionados por “semelhanças de família” [*Familienähnlichkeit*].⁵ Essa visão de uma linguagem na qual não haveria ambiguidades no processo de significação seria possível, para Wittgenstein, apenas em uma linguagem mais primitiva que a nossa: “aquele conceito filosófico da significação cabe bem numa representação primitiva da maneira pela qual a linguagem funciona. Mas, pode-se também dizer, é a representação

⁵ Sobre “formas de vida”, Wittgenstein diz: “[...] representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida” (WITTGENSTEIN, 1979, § 19). Sobre “semelhanças de família”, o filósofo diz: “[...] vemos [nos jogos] uma rede complicada de semelhanças, que se envolvem e se cruzam mutuamente. [...] Não posso caracterizar melhor essas semelhanças do que com a expressão “semelhança de família” (WITTGENSTEIN, 1979, § 67). Entretanto, salienta-se que devido ao curto espaço e tempo disponibilizado para o presente artigo, não serão pormenorizados aqui as implicações provenientes dos conceitos wittgensteinianos de “regras”, “formas de vida” e “semelhanças de família”. Para tal, recomenda-se a leitura de: HINTIKKA; HINTIKKA, 1994.

de uma linguagem mais primitiva que a nossa” (WITTGENSTEIN, *Investigações Filosóficas*, §2).

É fundamentado na noção de jogos de linguagem, aliado a noção de que o significado de uma palavra corresponde ao seu uso na linguagem, que Wittgenstein criticará a noção tradicional de representação [*Vorstellung*], noção esta muito presente e influente nos discursos filosóficos modernos. Assim sendo, uma vez exposta a crítica de Wittgenstein a noção tradicional de significação por meio de definições ostensivas, pode-se então agora se expor de maneira mais clara a crítica do filósofo ao modelo representacionista moderno, como se verá em seguida.

3. A crítica de Wittgenstein à noção de representação tradicional

Como dito anteriormente, que para Wittgenstein “[...] a significação de uma palavra é seu uso na linguagem” (Wittgenstein, 1979, §43). Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein afirma:

Posso querer dizer com a palavra “bububu”: “Se não chover, irei passear”? Apenas numa linguagem posso querer dizer algo com algo. Isto mostra claramente que a gramática de “querer dizer” não é semelhante à da expressão “representar-se algo” e coisas do gênero (WITTGENSTEIN, 1979, § 35).

Ao dizer que a gramática do “significar” não é semelhante à gramática do “representar”, Wittgenstein quer salientar que o ato de significação não é feito somente por meio de um processo de definição ostensiva. Toma-se como exemplo o termo “dor”. Segundo a visão representacionista, o termo “dor” adquiriria significado a partir da imagem mental do próprio sujeito, imagem esta que é privada e inacessível a terceiros.

Nesse sentido, o problema que surge é: como alguém pode fazer a conexão entre a palavra dor e algo que é pressupostamente oculto para ela (a imagem mental de outra pessoa)? Como uma pessoa pode realmente *saber* que aquilo que um sujeito denomina como ‘dor’ significa a mesma sensação ou conceito que ela entende por ‘dor’? De uma maneira mais geral, como se pode realmente saber que os outros têm isso que eu significo como “dor”?⁶ Para exemplificar o equívoco de tal compreensão, Wittgenstein dá o famoso exemplo do besouro na caixa:

⁶ Conforme salienta Paul Johnston (1993, p.3), o primeiro problema metafísico derivado da concepção moderna de representação interior está na discordância entre a noção de privacidade e o fato de que se pode falar (e realmente se fala) sobre os próprios sentimentos e experiências.

Ora, alguém me diz, a seu respeito, saber apenas a partir de seu próprio caso o que sejam dores! – Suponhamos que cada um tivesse uma caixa e que dentro dela houvesse algo que chamamos de “besouro”. Ninguém pode olhar dentro da caixa do outro; e cada um diz que sabe o que é um besouro apenas por olhar *seu* besouro. – Poderia ser que cada um tivesse algo diferente em sua caixa. Sim, poderíamos imaginar que uma tal coisa se modificasse continuamente. Mas, e se a palavra “besouro” tivesse um uso para estas pessoas? – Neste caso, não seria o da designação de uma coisa. A coisa na caixa não pertence, de nenhum modo, ao jogo de linguagem nem mesmo como um *algo*; pois a caixa poderia também estar vazia. – Não, por meio desta coisa na caixa, pode-se “abreviar”; seja o que for, é suprimido (WITTGENSTEIN, 1979, § 293).

No referido exemplo, percebe-se que se a gramática da representação – que pressupõe o modelo de significação “objeto e designação” – for tomado como padrão geral na linguagem, então seria impossível alguém significar uma vivência interior (como dor, saudade, etc.) e ser entendido por terceiros, pois outras pessoas não teriam acesso à imagem ou o objeto que fora designado.⁷ O filósofo refuta a tese de que, ao se pronunciar a palavra “dor” (por exemplo), uma imagem [*Bild*] de tal sensação entra no jogo de linguagem e é essencial para aquele que significa. Tal imagem (representação) seria, para a visão tradicional, anterior à própria expressão do termo dor. No entanto, essa é, para Wittgenstein, uma visão equivocada:

Ao jogo de linguagem com as palavras “ele tem dores” pertence – diríamos – não apenas a imagem do comportamento, mas também a imagem da dor. Ou: não apenas o paradigma do comportamento, mas também o da dor. – Dizer “a imagem da dor entra no jogo de linguagem com a palavra ‘dor’” é um mal-entendido. A representação da dor não é nenhuma imagem e *esta* representação não é substituível, no jogo da linguagem, por algo que chamaríamos de imagem. – Certamente, a representação da dor entra, em certo sentido, no jogo de linguagem; apenas não como imagem (WITTGENSTEIN, 1979, §300).

⁷ É importante salientar que no parágrafo §293 das *Investigações Filosóficas*, na famosa passagem conhecida como “besouro na caixa”, a crítica de Wittgenstein é direcionada principalmente para a impossibilidade de seguir regras privadamente. As regras dos jogos de linguagem seriam públicas e, por isso, o sujeito não poderia inventar para si regras das quais somente ele seguiria, ao passo de não ser entendido por mais ninguém caso esse seguimento de regras realmente valesse na significação da linguagem. Infelizmente, devido ao curto espaço, não será tratada nesse artigo a problemática referente ao “seguir regras privadamente”. Entretanto, apesar de ser direcionada para a impossibilidade de seguir uma regra privadamente, o § 293 pode ser tomado como um ponto fundamental da possível leitura crítica dos escritos de Wittgenstein referentes à noção tradicional de representação.

É preciso estar bem atento ao alvo da crítica de Wittgenstein. Ao dizer que a “imagem da dor” é um mal-entendido, Wittgenstein não visa criticar ou rejeitar que há processos internos no sujeito na hora da significação. O que ele argumenta é que a significação não é realizada por meio de uma imagem interna e privada, *i.e.*, por meio de um “processo interior”. O real significado de uma palavra é obtido e aprendido por meio de seu emprego e uso nos variados jogos de linguagem.

“Mas você não pode negar que, por exemplo, ao recordar, ocorre um processo interior.” – Por que então dá a impressão de que queremos negar algo? Quando se diz “ocorre aí um processo interior”, - quer-se acrescentar: “você o vê”. E é pois a este processo interior que nos referimos com a palavra “recordar-se”. A impressão de que queríamos negar algo remonta ao fato de que nos voltamos contra a imagem de ‘processo interior’. O que negamos é que a imagem de processo interior nos dê a ideia correta do emprego da palavra “recordar”. Sim, dizemos que esta imagem, com suas ramificações, nos impede de ver o emprego da palavra tal qual é (WITTGENSTEIN, 1979, §305).

Ressalta-se que, uma vez que o representacionismo pressupõe um processo de significação abalizado em uma imagem interna ao sujeito, as regras para o uso de um termo também se tornam privadas. No entanto, em um jogo de linguagem (assim como em qualquer outro jogo), seguir regra “privadamente”, *i.e.*, que só o sujeito pode saber e compreender, é um processo irrelevante. Os jogos de linguagem, uma vez que são públicos, pressupõe regras que sejam ou que possam ser conhecidas e validadas por todos.⁸

Sobre as representações e sua essência, Wittgenstein adverte que:

Não devemos perguntar o que são representações ou o que se passa nelas quando alguém se representa algo, mas sim: como é usada a palavra “representação” [*Vorstellung*]. Isto porém não significa que quero apenas falar de palavras. Pois, na medida em que em minha questão trata-se da palavra “representação”, ela é também uma questão sobre a essência da representação. E digo apenas que esta questão não pode ser explicada por um ato de mostrar – nem para aquele que se representa algo nem para os outros; nem pode ser elucidada pela descrição de um processo qualquer. A primeira questão pergunta também por uma elucidação de palavras; mas ela desvia nossa expectativa para uma falsa espécie de resposta (WITTGENSTEIN, 1979, §370).

⁸ Novamente, devido ao curto espaço, não será tomado em pormenor a necessidade de regras públicas nas ideias de Wittgenstein. Sobre a necessidade de regras públicas, recomenda-se a leitura de: KRIPKE, 1982.

Logo, qualquer investigação que tenha interesse em demonstrar algum processo de representação deverá, antes, ser uma investigação daquilo que publicamente se entende por “representação”, ou seja, daquilo que aprendemos quando aprendemos o “jogo de linguagem” com a palavra representação, pois “[...] a essência está expressa na gramática” (WITTGENSTEIN, 1979, § 371) e, assim sendo, qualquer fundamentação de uma visão representacionista deverá, antes, ter em mente que a própria representação é antes erguida sob caráter público da linguagem.

Considerações Finais

Como foi possível perceber, Wittgenstein propôs em sua obra *Investigações Filosóficas* que a o processo de significação da linguagem, uma vez fundamentado no uso e no aprendizado, não deve ser tomado como um processo similar a “etiquetar coisas” – tal como pretendiam as corrente tradicionais -, mas sim à um jogo no qual os movimentos e o valor das cartas (palavras significadas) variam conforme o jogo que é jogado. Nesse sentido, o significado de uma palavra não poderia nunca ser fixado *a priori* ou, noutros termos, ser referente a uma representação interna do sujeito

Deve-se salientar que essa crítica ao modo tradicional como era visto o processo de significação serviu como base para fundamentar diversos ramos da filosofia da linguagem contemporânea, bem como da pragmática linguística. Sua noção de jogos de linguagem, principalmente através de sua fundamentação da noção de “formas de vida”, também influenciou alguns antropólogos e, com isso, serviu como referência filosófica para diversas pesquisas em antropologia da linguagem.

Não obstante, as considerações de Wittgenstein ao conceito de representação tradicional influenciou, sobretudo, algumas vertentes da filosofia da mente e das ciências cognitivas contemporâneas. Dentre alguns dos importantes pensadores influenciados por Wittgenstein, destacam-se John Searle, Thomas Nagel e Richard Rorty.

Suas considerações sobre a representação pode ser considerada também como uma importante crítica ao Fisicalismo, uma vez que o processo de significação, além de não se constituir como um “processo interior”, também não é passível de redução à processos neurofisiológicos e, nesse sentido, não pode do mesmo modo ser relacionado com um processo causal.

Assim, considera-se por fim que as considerações críticas de Wittgenstein às noções tradicionais de significado e representação são um ponto de suma relevância nos escritos tardios de Wittgenstein (escritos *pós-Tractatus*) e, ainda, se estende em importância para além do campo da filosofia, atingindo também outros campos, como as Ciências Cognitivas, a Pragmática e a Antropologia, o que apenas ressalta ainda mais a relevância dos apontamentos do filósofo.

No entanto, ao fim dessa pesquisa deve-se ainda ressaltar que Wittgenstein proferiu ulteriores comentários e anotações sobre o conceito de representação em outros de seus escritos, sobretudo nas *Observações sobre a Filosofia da Psicologia* [*Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie*] e nos *Últimos escritos sobre a filosofia da Psicologia* [*Letzte Schriften über die Philosophie der Psychologie*]. Porém, devido à limitação desse artigo, tais considerações não foram melhor analisadas, limitando-se apenas a realizar um estudo superficial dos comentários existentes nas *Investigações Filosóficas*. Portanto, mantém-se em aberto a possibilidade de realização de um trabalho futuro que objetive a aproximação dessas ponderações e, desse modo, fundamente ainda mais a posição do filósofo frente às concepções clássicas presentes nas correntes filosóficas de cunho representacionista.

Referências

- AGOSTINHO, S. *Confissões; De Magistro*. Trad. J.O. Santos, A. Pina e A. Ricci. 2.^a Ed. São Paulo : Abril Cultural, 1980.
- BERKELEY, G. Um Ensaio para uma nova teoria da visão e A Teoria da Visão Confirmada e Explicada. Trad. de José Oscar de Almeida Marques. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, CLE – UNICAMP, Série 3, v. 18, n.2, jul-dez 2008.
- DESCARTES, R. *Discurso do método; Meditações ; Objeções e respostas ; As paixões da alma ; Cartas*. 3a ed. - São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FAUSTINO, S. *Wittgenstein - O eu e sua gramática*. São Paulo : Ed. Ática, 1995.
- GONZALEZ, M. E. Q.; BROENS, M. C., MORAES, J. A. de. A virada informacional na filosofia. Alguma novidade no estudo da mente? *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v.22, n 30, p. 137-151, jan/jun 2010.
- JOHNSTON, P. *Wittgenstein: Rethink the inner*. New York: Routledge Press, 1993.
- KRIPKE, S. *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Harvard University Press. 1982.
- MULINARI, F. Wittgenstein e Cabrera. Diferentes perspectivas em torno do problema da indizibilidade ética. In.: *Cognitio-Estudios*. Revista eletrônica de filosofia. São Paulo, Volume 7, Número 2, julho - dezembro, 2010, pp. 166-173.
- RORTY, R. Wittgenstein, Heidegger, and the Reification of Language. *Essays on Heidegger and Others*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- STERN, D. *Wittgenstein*. Philosophical Investigations. An Introduction. Cambridge: Cambridge U.P. 2004

VARELA, F; THOMPSON, E; ROSCH, E. *A Mente Incorporada: ciências cognitivas e experiência humana*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.